



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CAMPUS AGRESTE

NÚCLEO DE GESTÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ERTON NOGUEIRA MEDEIROS

**O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 1930 E 1964, NO  
CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA**

Caruaru

2025

ERTON NOGUEIRA MEDEIROS

**O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 1930 E 1964, NO  
CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas  
do Campus Agreste da Universidade Federal de  
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo  
científico, como requisito parcial para a obtenção  
do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

**Área de concentração:** Desenvolvimento  
Econômico e Economia Brasileira.

**Orientador:** Dr. José Valdecy Guimarães Junior

Caruaru  
2025

## **O Comportamento da economia brasileira entre 1930 e 1964, no contexto da economia política desenvolvimentista**

**Erton Nogueira Medeiros<sup>1</sup>**

---

### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar o comportamento da economia brasileira entre os anos de 1930 e 1964, a partir da sistematização das ideias de alguns autores da teoria do desenvolvimento e da descrição resumida das políticas econômicas adotadas no período. Utilizando uma metodologia, baseada em uma ampla revisão de literatura, este estudo fundamenta-se em obras clássicas dos autores pioneiros da teoria do desenvolvimento - como Rosenstein-Rodan, Albert Hirschman, Raúl Prebisch, Arthur Lewis e Celso Furtado – assim como na literatura especializada na economia brasileira daquele período. Ao dar uma conotação desenvolvimentista às políticas efetivamente adotadas, a pesquisa procura ressaltar que esta contribuiu para o desempenho da economia brasileira. Os resultados apontam que o modelo adotado promoveu avanços significativos na estrutura produtiva, tais como a ampliação da infraestrutura, a formação e consolidação do parque industrial do país, garantindo um crescimento econômico duradouro. Além do mais, esta experiência histórica reafirma a importância do Estado na indução ao desenvolvimento dos países periféricos.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Teorias do desenvolvimento; Economia Brasileira.

---

**DATA DA APROVAÇÃO:** 08 de agosto de 2025.

---

### **1 INTRODUÇÃO**

O debate sobre o desenvolvimento econômico nos países periféricos tem sido marcado por diferentes interpretações teóricas e estratégias práticas de transformação estrutural. Autores como Rosenstein-Rodan, Albert Hirschman, Raul Prebisch, Arthur Lewis e Celso Furtado, pioneiros da Teoria do Desenvolvimento, argumentam que o subdesenvolvimento não será superado pela simples ação das forças de mercado, dada a natureza cumulativa e

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela UFPE-CAA. E-mail: erton.medeiros@ufpe.br

assimétrica dos mecanismos econômicos internacionais. Para esses teóricos, o desenvolvimento requer planejamento estratégico, ação coordenada do Estado e políticas voltadas à industrialização, diversificação produtiva e criação de capacidades tecnológicas internas.

No Brasil, esse pensamento influenciou de forma significativa a condução das políticas econômicas entre 1930 e 1964, período em que o Estado exerceu papel central na estruturação de um parque industrial moderno e na redução da dependência externa. A adoção da política de substituição de importações, os investimentos em infraestrutura, a criação de empresas estatais e a formação de um mercado interno robusto foram instrumentos decisivos para sustentar taxas elevadas de crescimento econômico e ampliar a base produtiva nacional.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral a análise do comportamento da economia brasileira no período de 1930 a 1964, com as estratégias desenvolvimentistas adotadas. Os objetivos específicos são:

- 1) Selecionar alguns autores pioneiros da Teoria do Desenvolvimento e sistematizar as suas ideias inspiradoras das políticas econômicas adotadas no período;
- 2) Sintetizar as políticas econômicas implementadas no período considerado, relacionando-as à algumas ideias desenvolvimentistas do item anterior, assim como, às transformações observadas na estrutura produtiva do país.

A relevância deste artigo reside na contribuição de como um modelo de desenvolvimento industrial, voltado para a ampliação do mercado interno, tornou a economia menos suscetível às variações dos ciclos econômicos internacionais. Ao mesmo tempo que, ao avaliar os limites e desdobramentos deste modelo e considerando as peculiaridades internas da economia brasileira, esta pesquisa contribui também, de modo muito preliminar, a lançar luzes sobre os inúmeros desafios da economia brasileira, frente às imposições do capitalismo contemporâneo às nações ainda em desenvolvimento. Ao revisitar o passado, o artigo contribui para o debate sobre os caminhos possíveis para um desenvolvimento mais equilibrado, inovador e socialmente inclusivo no Brasil.

Além desta introdução, o artigo contempla mais quatro seções. A Seção 2 apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. Na Seção 3, temos o resultado e discussões, uma

sistematização de algumas ideias selecionadas da Teoria do Desenvolvimento. Na Seção 4, discute-se as políticas econômicas adotadas no período analisado, associadas às ideias desenvolvimentistas destacadas na seção anterior. Por fim, na Seção 5 apresenta-se as considerações finais.

---

## 2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo consistiu em uma revisão de literatura numa abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Trata-se de uma pesquisa baseada em obras publicadas, incluindo livros, artigos acadêmicos, documentos oficiais e relatórios técnicos. Para a construção do referencial teórico, foram consultadas bases de dados científicas como o Portal de Periódicos da CAPES, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Scientific Electronic Library Online (SciELO), além do Google Acadêmico.

---

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 Uma sistematização das teorias do desenvolvimento

Nesta seção, serão abordados aspectos das teorias de alguns autores pioneiros do desenvolvimento, escolhidos por sua maior relevância em relação às práticas econômicas do período.

### 3.2 A teoria do grande impulso (*Big Push*), por Rosenstein Rodan:

A teoria do grande impulso propõe a industrialização planejada em larga escala como caminho para o sucesso, exigindo um ambiente institucional favorável. Rodan introduz o conceito de economia externa, que permite retornos crescentes de escala por meio do treinamento coletivo da mão de obra, gerando economias externas tecnológicas e do investimento em bloco, garantindo complementaridade entre indústrias de diferentes setores e reduzindo o risco de demanda insuficiente.

O investimento em bloco relaciona-se às economias externas pecuniárias, em que investimentos complementares simultâneos em um mesmo nível horizontal geram taxas de retornos maiores do que isoladamente, ao aumentar a demanda. Para Rodan, essa estratégia é adequada ao subdesenvolvimento, pois fortalece a demanda efetiva e influencia as

expectativas dos agentes, favorecendo a continuidade dos investimentos. Além disso, podem surgir economias externas verticais entre firmas de um mesmo setor ou de setores distintos, criando retroalimentação na formação da base industrial, tanto horizontal quanto verticalmente.

Rodan, a partir das economias externas tecnológicas e pecuniárias, enfatiza a necessidade de coordenação dos investimentos, conduzida pelo Estado, para viabilizar a transformação em bloco e equilibrar a industrialização entre setores. O planejamento estatal aumenta as chances de sucesso, concentrando os investimentos iniciais em indústrias básicas e serviços públicos, capazes de induzir novos aportes e gerar efeitos de retroalimentação positiva. A falta de infraestrutura básica, segundo ele, é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de outros setores produtivos.

O grande impulso depende das economias externas e da complementaridade entre setores. Quanto mais amplo o escopo setorial do investimento em bloco, maiores as chances de sucesso, embora seja necessária uma quantidade mínima de aportes. Os resultados são maiores quanto mais se geram e se apropriam economias externas, que funcionam como multiplicadores keynesianos, e quanto maior o encadeamento produtivo maior a magnitude das economias externas, estimulando diferentes segmentos da cadeia e potencializando o desenvolvimento econômico.

### **3.3 Complementariedade do investimento e o processo desequilibrado de desenvolvimento, por Albert Hirschman:**

Um dos maiores desafios das nações subdesenvolvidas é articular de forma eficaz a relação entre poupança e investimento. Essa questão remete ao princípio da demanda efetiva, segundo o qual o investimento impulsiona a poupança, embora esta seja condição necessária para sua realização. Como destacou Hirschman,

O desenvolvimento é contido primeiramente pelas dificuldades de canalizar a poupança existente, ou potencialmente existente, para oportunidades de investimentos produtivos existentes, i. e., e pela escassez de habilidade em fazer e executar decisões de desenvolvimento (HIRSCHMAN, apud, CARDOSO, 2018, p. 75).

Para Hirschman, a capacidade de investir se adquire na prática, mas esta depende da expansão do setor moderno, gerando um círculo vicioso: não se aprende a investir sem investimento. Nos países subdesenvolvidos, porém, existem recursos disponíveis — como o excedente de mão de obra e a propensão a investir —, cabendo encontrar formas de conectá-los. Assim, o investimento surge como o principal mecanismo para romper os obstáculos ao desenvolvimento, onde os efeitos retroalimentadores estabelecem não um limite, mas um piso para o crescimento, configurando-se como o principal mecanismo capaz de transpor os obstáculos enfrentados pelas economias subdesenvolvidas.

Desta forma, o efeito de complementaridade dos investimentos é o principal mecanismo para direcionar novas energias ao desenvolvimento, rompendo o círculo vicioso que o limita. Com o avanço econômico, porém, esse efeito diminui, à medida que a matriz produtiva se consolida e se dissemina, reduzindo seu impacto.

Hirschman defendia que o desenvolvimento pode ser impulsionado por desequilíbrios e utilizando atalhos, como a industrialização via substituição de importações, base das políticas desenvolvimentistas. O essencial é o aprendizado da tomada de decisão pelas nações subdesenvolvidas. A escassez de fatores como capital e capacidade empresarial surge no próprio processo de desenvolvimento, sendo consequência desse processo, e das dificuldades em combiná-los e decidir de forma adequada.

Para Hirschman, o desafio central do desenvolvimento é gerar e direcionar a ação humana, sendo essencialmente um problema de coordenação. O ponto fundamental é encontrar as condições que as decisões de desenvolvimento podem ser estimuladas e efetivamente implementadas. Avanço econômico depende de políticas que preservem tensões, desproporções e desequilíbrios, pois são eles que impulsionam mudanças, gerando novos desequilíbrios e mantendo um ciclo contínuo de transformação.

No desenvolvimento, um setor produtivo se beneficia das economias externas de investimentos anteriores e, ao mesmo tempo, gera novas para serem exploradas por outros setores. Esse encadeamento, que Hirschman chama de efeito de complementaridade do investimento, característica de contágio do investimento, induz novos aportes capazes de romper o subdesenvolvimento. O crescimento, inicialmente concentrado em poucos centros

regionais mais sólidos economicamente, gera desequilíbrios que criam pressões e tensões que podem estimular a expansão para outras regiões, difundindo o desenvolvimento.

### **3.4 O caminho inevitável da industrialização, por Raul Prebisch:**

Prebisch defende uma política de desenvolvimento voltada à transformação da estrutura produtiva por meio da industrialização. Esse processo permitiria aos países periféricos aproveitar melhor as relações internacionais e escapar da deterioração dos termos de troca, marcada pela valorização mais lenta dos produtos primários frente aos manufaturados do centro. A modernização, contudo, não eliminaria a importância das exportações primárias, fundamentais para gerar divisas e financiar a importação de máquinas e equipamentos. Como afirmado por Prebisch:

A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico (PREBISCH, apud, CARDOSO, 2018, p. 116).

Ao defender a industrialização por meio da substituição de importações, Prebisch ressaltava que isso não significava fechar a economia nem adotar um protecionismo indiscriminado. Um outro aspecto são, os investimentos estrangeiros, eram necessários diante da escassez de recursos internos nas nações periféricas, mas deveriam ter caráter transitório no processo de desenvolvimento. Como apontou em suas próprias palavras:

A produtividade desses países é muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, em virtude dessa baixa produtividade. Para romper esse círculo vicioso, sem deprimir exageradamente o atual consumo das massas, em geral muito baixo, é necessária a ajuda transitória do capital estrangeiro (PREBISCH, apud, CARDOSO, 2018, p.117).

Para Prebisch, era essencial reduzir o coeficiente de importação, restringindo bens menos relevantes à industrialização e ajustando as compras externas à capacidade de pagamento garantida pelas exportações. Nesse quadro, as políticas anticíclicas complementam o desenvolvimento ao mitigar o desemprego nos períodos de queda das exportações. Outro ponto central era o aumento da produtividade, possível com a transferência de mão de obra de setores de baixa produtividade para a indústria, ampliando recursos internos e reduzindo a dependência externa. Esse avanço, contudo, exigia capitalização, incompatível com certos padrões de consumo específicos e práticas fiscais que dificultavam ganhos de eficiência.

Para o êxito da industrialização, é essencial gerir adequadamente a pauta de importações, sendo a política cambial um instrumento central na política industrial e no processo de substituição de importações (PSI). O aumento da renda per capita nas nações periféricas, concentrado em poucos, altera a demanda em favor de bens de luxo, intensificando a pressão por importações pouco relevantes ao desenvolvimento. Assim, a reorientação das importações torna-se indispensável: sem substituir esses bens supérfluos por produtos que fortaleçam a estrutura produtiva interna, o avanço industrial não se sustenta.

Para Prebisch, era necessário investir na produção interna, mesmo com custos superiores aos dos importados, desde que isso permitisse empregar a mão de obra excedente em novas atividades produtivas. Essa visão reforça a necessidade de uma teoria econômica adaptada à realidade periférica, marcada por recursos e trajetórias tecnológicas distintas das dos países centrais. Ignorar essa especificidade poderia gerar distorções socioeconômicas. Contudo, diante do caráter irreversível do progresso tecnológico, cabia aos países subdesenvolvidos absorvê-lo, enfrentando o desafio da escassez de capital para realocar plenamente sua força de trabalho.

A política de investimentos deve diferenciar os interesses privados dos objetivos da economia nacional. Como os empresários tendem a privilegiar o uso intensivo de capital e a reduzir mão de obra, isso pode acentuar desequilíbrios na alocação de recursos. Por isso, é essencial que o Estado formule e conduza um plano de desenvolvimento. No setor industrial, superar o círculo de baixa produção e altos custos exige mercados em expansão. Nesse sentido, duas medidas protecionistas se destacam: a cooperação comercial entre países periféricos e a concessão de preferência, pelos países centrais, às importações dessas nações.

### **3.5 Reformas de base, por Celso Furtado:**

Para superar o subdesenvolvimento, os países devem adotar uma estratégia de transformação estrutural. Para Furtado, o desafio não está na elaboração de planos convencionais, mas na implementação de reformas de base, como a tributária e a agrária. O crescimento das nações periféricas gera desequilíbrios — principalmente no balanço de pagamentos e na inflação, devido a sua estrutura, exigindo a análise das causas estruturais que os perpetuam. Com definido por Furtado;

A menos que se possam prever e evitar esses desajustamentos, pagaremos, para não ter inflação e desequilíbrio externo, o preço de aceitar a estagnação ou, no mínimo, um ritmo mais lento de crescimento (FURTADO, apud, CARDOSO, 2018, p. 143).

Outro desequilíbrio surge da concentração de investimentos em certos setores, gerando capacidade ociosa em alguns e insuficiência em outros, mantendo gargalos produtivos. Isso evidencia a necessidade de planejamento: sem orientação clara na alocação de recursos, a estrutura de oferta e a demanda se desequilibram, agravando as disparidades de renda e riqueza típicas das economias periféricas.

Os fatores estruturais envolvem tanto a composição da estrutura produtiva, mas, principalmente, as instituições, pois são elas que determinam a distribuição de recursos no que diz respeito às condições de apropriação dos excedentes econômicos ou pela falta de autonomia das decisões sobre o mercado interno. Sem reformas estruturais complementares, reduzir a economia de subsistência e expandir os setores industriais não seria suficiente para gerar desenvolvimento.

### **3.5.1 O deslocamento do centro dinâmico**

Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, ao examinar o período de 1930 a 1945, destaca que o financiamento dos estoques de café por meio de emissões monetárias ampliou a base monetária, resultando em desvalorização cambial e no encarecimento das importações. Esse movimento, aliado à redução da renda, levou à queda no volume importado e incentivou a substituição por produtos da indústria nacional. O aproveitamento da capacidade produtiva já instalada elevou a rentabilidade do capital e estabeleceu as bases para a expansão subsequente do parque industrial.

Com a demanda interna mostrando-se mais dinâmica que a externa, o setor voltado ao mercado doméstico passou a oferecer melhores oportunidades de investimento em comparação ao exportador. Assim, consolidou-se uma nova configuração na economia brasileira, marcada pela predominância do mercado interno na formação de capital.

O dinamismo do mercado interno foi o principal responsável pelo aumento da demanda por bens de capital. Em economias dependentes, essa demanda tende a se intensificar em fases de expansão das exportações, quando a elevação da renda amplia a

disponibilidade de divisas. Contudo, nos países subdesenvolvidos, a indústria de bens de capital enfrenta desvantagens estruturais, sobretudo pela limitação do mercado doméstico. Somada à facilidade de importação nos ciclos de crescimento, essa restrição reduziu os incentivos à implantação local desses setores nas economias periféricas.

As condições enfrentadas pelo Brasil no início da década de 1930 romperam esse círculo vicioso: a demanda por bens de capital cresceu justamente em um momento de forte restrição às importações, o que levou à retomada da produção nacional desses bens já em 1931 (FURTADO, 1958, p. 208).

### **3.6 O processo de desenvolvimento e o papel de Estado, por Arthur Lewis:**

O início do desenvolvimento é crucial, exigindo crescimento inter-relacionado entre setores. Se a inovação ocorrer isoladamente, será limitada pelas deficiências do mercado interno e pelos efeitos reduzidos sobre a demanda efetiva em outros setores. Com o avanço econômico, o setor interno assume o papel dinamizador, tornando-se o principal sustentáculo do progresso, como afirma Lewis.

Nos programas de desenvolvimento, todos os setores da economia devem crescer simultaneamente, para manter o equilíbrio adequado entre a agricultura e a indústria, e entre a produção para o mercado interno e a produção para a exportação (LEWIS, apud, CARDOSO, 2018, p. 67).

Para dar continuidade ao processo de desenvolvimento, o financiamento externo é fundamental para o desenvolvimento das nações periféricas, que não dispõem de capital interno suficiente. A industrialização exige importação de bens de capital, tanto para criar quanto para expandir a indústria interna. Para que esses investimentos impactem salários e renda média da economia, eles devem aumentar a produtividade no setor produtor de bens consumidos internamente.

Nos países subdesenvolvidos, os problemas de mercado e os altos custos iniciais tornam a industrialização inviável sem políticas diferenciadas, como o protecionismo. Nesse processo, o Estado assume papel estratégico ao estimular o desenvolvimento, cabendo definir o equilíbrio adequado entre sua intervenção e a atuação privada identificando qual a contribuição é mais adequada a cada um. A instabilidade política, por sua vez, compromete a

confiança necessária para investimentos de longo prazo, dificultando ainda mais o avanço industrial.

---

## 4 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO PERÍODO

Nesta seção, serão analisadas as políticas econômicas dos governos entre 1930 e 1964, em diálogo com as teorias do desenvolvimento.

### 4.1 A era Vargas 1930-1945

A década de 1930 inicia-se sob os efeitos da crise de 1929, que desestruturou a ordem financeira internacional e expôs fragilidades do modelo econômico brasileiro. Representando um ponto de inflexão para a economia brasileira, seus reflexos incidiram diretamente sobre o financiamento externo. A rápida queda nas exportações, a drástica redução das reservas internacionais — de US\$ 173,3 milhões em 1929 para US\$ 42,8 milhões em 1930 — e a crise do setor cafeeiro evidenciaram vulnerabilidades que contribuíram para a instabilidade culminando na Revolução de 1930<sup>2</sup>.

As primeiras medidas do novo governo responderam à queda no preço do café e à redução de capitais externos. Para elevar o valor do produto, adotou-se uma política de valorização financiada por déficits públicos e emissão monetária, viabilizada pelo abandono do padrão-ouro e pelo fechamento da Caixa de Estabilização<sup>3</sup>, em contraste com o financiamento agrícola anterior baseado em empréstimos externos.

A política de valorização do café, medida anticíclica, estimula a demanda agregada, favorecendo a indústria e a produção nacional. Ao combater a queda da renda e o

---

<sup>2</sup> A revolução de 1930 foi um movimento político-militar que encerrou a Primeira República (1889-1930) e levou Getúlio Vargas ao poder. Esse evento histórico recebeu apoio de grupos heterogêneos, como militares, liberais democratas, líderes de esquerda e de direita. Tal cooperação plural deu força para a empreitada alcançar êxito (FRAGA; LAGO e MORELLE, 2022, p. 222).

<sup>3</sup> A caixa de estabilização, órgão do tesouro cuja atribuição precípua de emitir notas conversíveis à vista contra depósitos em ouro nela feitos. Ao assumir o governo Washington Luís propõem um projeto de reforma monetária propondo o retorno ao padrão ouro à taxa de aproximadamente 6d, cerca de 23% abaixo da taxa média do terceiro trimestre de 1926, refletindo a taxa média do período de 1921-1926 (ABREU, 1990, p. 56-57).

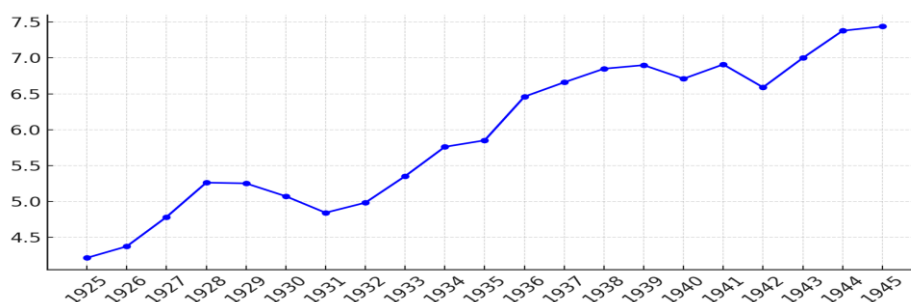
encarecimento das importações, a procura por bens e serviços internos aumentou. A proteção à indústria, dada pela conjuntura econômica e aliada ao controle das importações ocasionada pela escassez de divisas, permitiu a retomada da produção em 1931 e a recuperação total da economia já em 1933.

Criou-se um sistema de crédito mais independente do exterior e adaptado à economia nacional, com o Banco do Brasil atuando como uma espécie de Banco Central, amplamente utilizado para expandir o crédito interno. As medidas incluíram a reabertura da Carteira de Redesconto, a criação da Caixa de Mobilização Bancária e da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que fortaleceram o crédito interno e transformaram o sistema bancário ao possibilitar o surgimento de uma autoridade monetária com a função de prestador de última instância. Dessa forma, os bancos ampliaram a concessão de crédito, confirmando a ideia de Hirschman (1958) sobre o papel do investimento como motor da poupança, evidenciando a importância da conexão entre ambos, em que a causalidade primordial do investimento recai sobre a poupança.

A política monetária foi expansionista, sustentada pelo abandono do padrão-ouro, que resultou na separação da base monetária do fluxo de divisas estrangeiras, e pela reestruturação do Banco do Brasil, que assumiu papel central na ampliação do crédito e no financiamento dos déficits públicos. Entre 1937 e 1945, o Estado Novo ampliou sua atuação, passando de regulador e planejador a produtor de bens intermediários, ao criar estatais para suprir insumos básicos essenciais ao processo de industrialização, diante das restrições às importações, e impulsionar a industrialização por substituição de importações.

Na década de 1940, a política monetária expansionista ganhou maior importância, impulsionada por três fatores principais. O primeiro foi o acúmulo de ouro e reservas internacionais, que passaram de US\$58,4 milhões em 1939 para US\$666 milhões em 1945. O segundo fator foi o aumento das emissões por meio da Carteira de Redesconto. Por fim, o terceiro fator foi o financiamento dos déficits públicos por meio da emissão monetária (MATTOS e ALVARENGA, 2021, p. 83). O gráfico abaixo mostra a evolução do PIB *per capita* a preços de 2023, com o valores da década anterior para efeito de comparação:

**Gráfico 1** - Evolução do PIB *per capita* do Brasil (1925- 1945) - preço de 2023



Fonte: Elaboração da pesquisa, a partir dos dados do IPEADATA (2025).

O gráfico demonstra que, entre 1930 e 1945, o crescimento acumulado do PIB per capita foi de 46,75%, evidenciando a rápida recuperação da economia após a crise internacional de 1929. A partir de 1931, observa-se como as políticas implementadas pelo governo Vargas impulsionaram uma reação vigorosa da economia nacional, mesmo diante de uma conjuntura internacional adversa.

Furtado (1958), analisa em sua obra as transformações econômicas vivenciadas neste período o nomeando como o deslocamento do centro dinâmico, onde as estruturas que davam sustentação ao antigo sistema econômico são reconfiguradas para viabilizar o crescimento industrial mesmo durante um período crítico de crise econômica.

### 3.2 O governo Dutra 1946-1951

No governo Dutra, o controle cambial foi central para a industrialização por substituição de importações. Após uma breve fase de câmbio livre, a política mostrou-se desfavorável, levando à queda das reservas internacionais em moeda conversível. A escassez de dólares gerou atrasos comerciais e afetou diretamente a indústria, dependente de matérias-primas e insumos importados.

Para equilibrar o balanço de pagamentos, o governo adota um regime de controle cambial baseado na restrição às importações, esse processo foi operacionalizado via regime de licenças prévias que definia as prioridades de importação, priorizando insumos e matérias-primas essenciais. Com o câmbio permanecendo sobrevalorizado, aliado ao controle das importações, essa política fortaleceu a substituição de importações e incentivou a indústria nacional, como apontava Prebisch (1949) que já identificava a importância da política cambial como indispensável à promoção da política industrial.

O sistema de controle de importações de 1947, após o fracasso do câmbio livre, foi fundamental para enfrentar o desequilíbrio externo e incentivar o desenvolvimento industrial, ao restringir a importação de bens de consumo duráveis e estimular sua produção interna. Combinando reserva de mercado e a redução de custos graças ao câmbio diferenciado para a importação de bens de capital, essa dupla proteção cambial favoreceu a instalação da indústria de bens duráveis e de eletrodomésticos e impulsionou setores complementares, criando um mercado recíproco (TAVARES apud SICSÚ; PORTARI, 2010, p. 79).

A combinação de câmbio sobrevalorizado e controle de importações beneficiou a indústria ao subsidiar bens de capital e insumos a preços mais baixos, o protecionismo para a indústria contra a concorrência externa e a elevação da lucratividade do mercado interno devido o câmbio sobrevalorizado sendo mais vantajoso produzir para o mercado interno. Lewis (1955), defende políticas protecionistas devido ao cenário desfavorável à industrialização nas nações periféricas e aos altos custos de implementação das atividades industriais.

A política favoreceu a instalação da indústria de bens duráveis, sobretudo eletrodomésticos e outros bens, como evidenciado na mudança da pauta de importações da segunda metade dos anos 1940. Hirschman (1958) destaca esse processo pelo efeito contágio entre setores o que ele denominou de efeito complementaridade do investimento entre os setores produtivos. Esta situação pode ser observada pela tabela 1, a qual mostra a mudança na pauta de importações brasileiras.

**Tabela 1** - Brasil: Importação por categoria de uso (em % do total) 1944-1950

| <b>Ano</b>  | <b>Bens de consumo duráveis</b> | <b>Bens de consumo não duráveis</b> | <b>Total de bens de consumo</b> | <b>Bens de capital para a indústria</b> | <b>Bens de capital para a agricultura</b> | <b>Materiais de transporte</b> | <b>Bens de capital diversos</b> | <b>Total de bens de capital</b> |
|-------------|---------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| <b>1944</b> | 2.5                             | 7.0                                 | 9.5                             | 14.2                                    | 0.6                                       | 7.5                            | 2.7                             | 25.0                            |
| <b>1945</b> | 4.4                             | 9.2                                 | 13.6                            | 9.4                                     | 1.1                                       | 8.2                            | 3.4                             | 22.1                            |
| <b>1946</b> | 9.0                             | 12.7                                | 21.7                            | 8.8                                     | 1.3                                       | 11.5                           | 4.2                             | 25.8                            |
| <b>1947</b> | 11.7                            | 8.1                                 | 19.8                            | 9.5                                     | 1.7                                       | 14.2                           | 4.6                             | 30.0                            |
| <b>1948</b> | 10.7                            | 7.2                                 | 17.9                            | 9.8                                     | 3.3                                       | 14.4                           | 4.7                             | 32.2                            |
| <b>1949</b> | 8.9                             | 6.6                                 | 15.5                            | 11.3                                    | 4.1                                       | 9.8                            | 5.5                             | 30.7                            |
| <b>1950</b> | 6.7                             | 7.0                                 | 13.7                            | 12.1                                    | 3.3                                       | 9.6                            | 4.9                             | 29.8                            |
|             |                                 |                                     |                                 |                                         |                                           |                                |                                 |                                 |

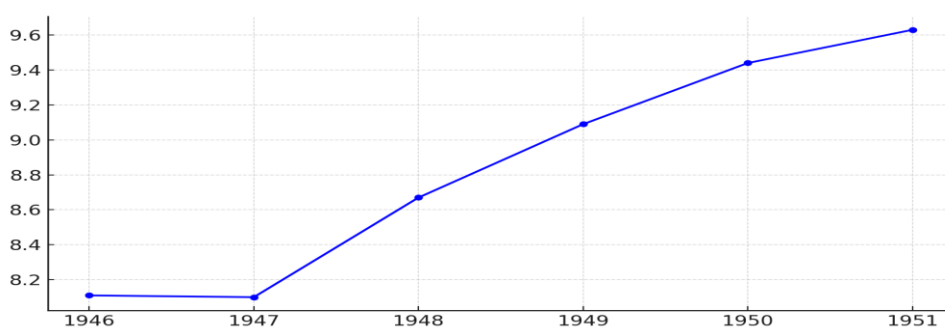
Fonte: ARAÚJO e MATTOS (2021, p. 123).

A Tabela 1 revela uma mudança na composição das importações brasileiras entre 1944 e 1950. Observa-se uma redução na participação dos bens destinados ao consumo final e um aumento nas importações de bens essenciais ao investimento e à expansão da capacidade produtiva industrial. Esses resultados refletem os efeitos da política cambial adotada, evidenciando os esforços de industrialização empreendidos no período.

Prebisch (1949) não defendia o fechamento da economia, mas a gestão seletiva das importações, priorizando bens essenciais ao processo industrial. O aumento da renda de parte da população eleva a demanda por bens de luxo, pressionando as importações de itens pouco relevantes ao desenvolvimento. A necessidade de modificar a composição das importações

decorre de fatores essencialmente dinâmicos, inerentes ao próprio processo de crescimento. Assim, a política cambial era vista como instrumento central para sustentar a substituição de importações e evitar limites ao crescimento. O gráfico abaixo ressalta o efeito da mudança na política cambial no PIB *per capita*.

**Gráfico 2 - Evolução do PIB *per capita* ( 1946-1951) - preços de 2023**



Fonte: Elaboração da pesquisa, a partir dos dados do IPEADATA (2025).

Fica evidente a mudança na trajetória de crescimento do PIB *per capita* a partir de 1947, em decorrência das alterações na política cambial. O crescimento acumulado do período foi de 18,74%. Entre 1946 e 1947, observou-se uma variação negativa de -0,12%; entretanto, em 1948 esse índice elevou-se para 7,04%, configurando um forte impulso, resultado de uma política cambial orientada para favorecer o processo de industrialização.

### 3. 3 O Segundo governo Vargas 1951-1955

O governo Vargas enfrentava a dificuldade de financiar o desenvolvimento diante da escassez de recursos externos. Nesse contexto, foi criada a Comissão Mista Brasil–Estados Unidos (CMBEU), visando fortalecer a política de substituição de importações, modernizar a indústria, ampliar a infraestrutura e principalmente captar recursos internos e externos para continuar o processo de industrialização. Confirmando a defesa de Lewis (1955) que defendia o papel fundamental do financiamento externo nas nações periféricas à medida que elas enfrentam dificuldades em atender suas necessidades de capital.

Apesar de não cumprir a promessa de repasses esperados, menos da metade dos recursos previstos chegou ao Brasil, a comissão converte-se em um espaço para à elaboração

de diagnósticos, a CMBEU contribuiu ao identificar potencialidades econômicas e introduzir métodos modernos de análise e na aplicação de métodos de avaliação de custo-benefício e rentabilidade.

Dos debates com técnicos brasileiros e norte-americanos sobre os modelos institucionais de financiamento a projetos nacionais, surgiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico<sup>4</sup> (BNDE), criado por Vargas para gerir recursos externos e estruturar o financiamento da industrialização. O banco tornou-se o principal órgão de política de desenvolvimento econômico, com funções de elaborar e analisar projetos, além de viabilizar políticas voltadas à industrialização e ampliar os mecanismos de fomento, como a ofertar crédito e a criação de fundos específicos, desta forma buscava criar soluções internas para financiar o processo de industrialização, alinhado à visão de Hirschman (1958) sobre a importância da coordenação das decisões, diz que o problema fundamental do desenvolvimento é direcionar a ação humana em uma determinada direção, com o problema central sendo a coordenação das decisões de desenvolvimento.

Vargas nomeou para o BNDE técnicos e políticos favoráveis ao capital estrangeiro, mas contrários à sua presença em setores estratégicos. Apesar da entrada de capital estrangeiro o governo Vargas tinha um forte caráter nacionalista em especial no setor de energia. A comissão aprovou 41 projetos do plano de reaparelhamento econômico, voltados à integração do mercado interno, expansão e criação de fábricas e descentralização industrial para reduzir a concentração nos grandes centros. A atuação da CMBEU e a criação do BNDE deram ao país experiência em planejamento e uso de recursos públicos, fortalecendo a substituição de importações. Esse processo formou um corpo técnico e uma burocracia moderna, ampliando a capacidade do Estado de coordenar a economia e sustentar o desenvolvimento.

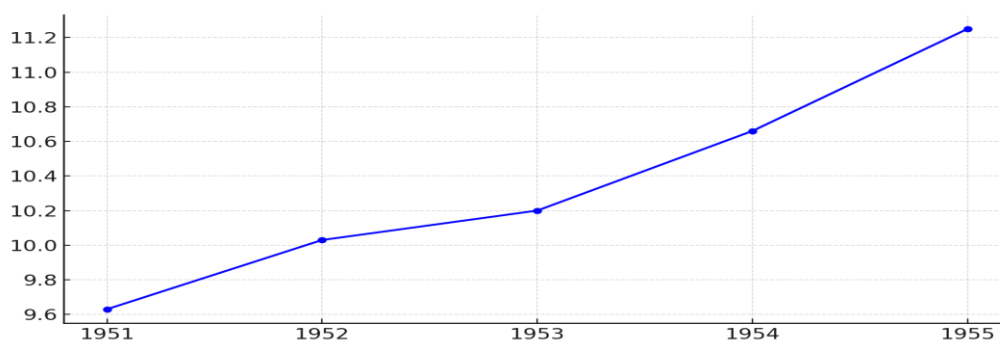
No governo Vargas, o controle cambial evoluiu da política de licenças prévias para a criação do mercado livre de câmbio, o agravamento do balanço de pagamentos e o aumento

---

<sup>4</sup> O início dos anos 1980 marca a integração das preocupações sociais à política de desenvolvimento. Essa mudança se refletiu no nome do Banco, que, em 1982, passou a se chamar Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <https://ri.bndes.gov.br/sobre-o-bndes/nossa-historia/>

da inflação levaram que em 1953 o governo alterasse a política. Para que esse novo câmbio não interferisse com a substituição de importações foi estabelecida taxas diferenciadas para categorias distintas de produtos, essa política ocasionou uma forte desvalorização da moeda, favorecendo exportações e restringindo as importações. O gráfico mostra a trajetória do PIB *per capita* evidenciando o ponto de inflexão na trajetória no ano de 1953 quando das mudanças no câmbio.

**Gráfico 3** - Evolução do PIB *per capita* (1951-1955) - preços de 2023



Fonte: Elaboração da pesquisa, a partir dos dados do IPEADATA (2025).

A trajetória do PIB *per capita* mostra que entre 1952 e 1953 temos a menor variação observada no período que foi de 1,69% após os ajustes no câmbio nota-se uma mudança na trajetória de crescimento a partir de 1953, com o acumulado entre 1953-1954 de 4,51% e de 1954-1955 de 5,53%, tendo crescido no período 16,82%

Além disso, a instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) criou o sistema de câmbio múltiplo e leilões cambiais, aplicando desvalorizações diferenciadas e bonificações conforme o produto. O modelo favorece exportações, protege a indústria sem eliminar as importações e fortaleceu as finanças públicas para investimentos em infraestrutura, em linha com Prebisch (1949) sobre a importância da reconfiguração da pauta de importação como algo inerente ao processo de crescimento.

Para conter o déficit no balanço de pagamentos, o governo classificou as importações em cinco categorias segundo sua essencialidade, submetendo-as a leilões de divisas com taxas definidas pela demanda e pelo governo, além de aplicar câmbios diferenciados a bens especiais.’

### 3. 4 O governo Juscelino Kubitschek 1955-1961

O período do governo Juscelino Kubitschek representa o aprimoramento da orientação desenvolvimentista, por meio da formulação de uma estratégia de intervenção do Estado na economia, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a industrialização do país. O governo JK é marcado pela consolidação dessa orientação, com o Estado assumindo um papel central na condução da economia, como evidenciado por Bielschowsky:

O pensamento econômico desenvolvimentista, que amadurecera nos 10 anos anteriores, atingia sua fase de auge. A reflexão econômica tornava-se essencialmente subordinada à discussão sobre o problema do desenvolvimento econômico do país (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 465).

Com o fim da CMBEU, o Grupo Misto CEPAL–BNDE, ainda no governo Vargas, revisou o programa de investimentos, apontou áreas prioritárias e estrangulamentos da economia, e seu relatório de 1955 serviu de base para o Plano de Metas.

O Plano de Metas teve a maioria de seus projetos baseados nos diagnósticos e nas definições da CMBEU e nos programas elaborados pela CEPAL em parceria com o BNDE. Foi executado com total comprometimento do setor público, concentrando-se em áreas de investimento de natureza básica ou de infraestrutura, com o objetivo de facilitar e estimular as atividades e os investimentos privados (ABREU, 1990, p. 176).

O Plano de Metas simbolizou o auge do desenvolvimentismo, onde o ideário e a prática do planejamento estatal alcançaram seu ponto máximo. Tendo como base a criação do Conselho de Desenvolvimento, encarregado de coordenar a política econômica, planejar a intervenção estatal, financiar a iniciativa privada e estruturar mecanismos administrativos e burocráticos de apoio, para a produção de relatórios, projetos de lei e grupos de trabalho paralelos à estrutura administrativa formal.

O governo Juscelino Kubitschek, ocorreu em um contexto internacional favorável, o que intensificou a substituição de importações e o desenvolvimento econômico, com o Estado adotando políticas de incentivo, além de intervir diretamente em setores produtivos e grandes investimentos em infraestrutura, como destaca Tavares.

Teria sido a fase inicial do primeiro ciclo de crescimento gerado endogenamente, acionado pela dinâmica global de acumulação engendrada pela interação entre os setores de bens de produção e de

bens de consumo (TAVARES, apud, BIELSCHOWSKY, 1988, p. 466).

Com a expansão industrial no governo JK, tornou-se necessário reduzir o coeficiente de importação para evitar que a restrição externa comprometesse esse processo, já que o crescimento eleva a demanda por máquinas, bens de capital e insumos, podendo a demanda ser maior que antes da industrialização. Assim, a substituição de importações não implicava reduzir o comércio exterior total, mas sim reduzir o coeficiente de importação para evitar o desequilíbrio nas contas externas.

Entre 1956 e 1960, as importações cresceram 20% e o PIB 47,5%, reduzindo o coeficiente de importação, apesar da queda de 10% nas exportações. Esse ajuste foi crucial para evitar um déficit comercial insustentável que comprometeria o crescimento econômico (ARAÚJO e MATTOS, 2021, p. 190), ponto já destacado por Prebisch (1949) ao discutir a demanda por bens não essenciais no início da industrialização que não contribuem para o crescimento econômico.

Durante o Plano de Metas, a política cambial manteve o mercado livre com taxas diferenciadas, favorecendo a entrada de capital externo. Seus efeitos incluíram o racionamento seletivo de divisas, semelhante a tarifas sobre importações devido às diferentes categorias para importação, e a valorização cambial para exportações em especial de produtos primários, especialmente o café.

Em 1957, o regime cambial foi alterado para estimular a substituição de importações de bens de capital, substituindo o sistema por grupos de produtos por alíquotas tarifárias reajustadas, o que ampliou recursos sem vinculação específica. Prebisch (1949) já destacava o controle cambial como instrumento central para o sucesso da industrialização e a redução do coeficiente de importação.

Além das medidas tarifas, adotaram-se medidas de proteção à indústria como a Lei do Similar Nacional, cotas de importação com tarifas reduzidas para insumos, reestruturação da tributação alfandegária com tarifas ad valorem e simplificação das taxas múltiplas de câmbio em duas categorias: especial com taxa mais elevada, para bens de luxo, e outra geral com taxas menores para matérias-primas, equipamentos e bens de uso mais amplo.

Apesar das mudanças, manteve-se uma taxa de câmbio geral 18,49% acima da do mercado livre, o que favoreceu as transferências financeiras e as remessas de lucros ao exterior mais que importações prioritárias, esse cenário beneficiando o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) pois as multinacionais poderiam repatriar lucros e dividendos com câmbio mais favorável. O IDE foi fundamental para a industrialização, complementando os recursos internos do Plano de Metas e direcionando-se especialmente à produção de veículos e a importação de máquinas e equipamentos, sobretudo em empresas já instaladas no país. Lewis (1955) já destacava a importância do financiamento externo para superar a restrição interna das nações periféricas e superar o subdesenvolvimento.

O governo buscou integrar a economia ao avanço das multinacionais, priorizando o setor metalomecânico-químico — base tecnológica das economias centrais — produzindo bens de capital, bens de consumo duráveis e o setor automobilístico, foi priorizada como eixo estratégico da industrialização nacional. A expansão da indústria pesada no Plano de Metas foi viabilizada sobretudo pelos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs).

Com o Plano de Metas, a indústria de transformação cresceu expressivamente: sua participação no valor total da transformação industrial passou de 25% em 1939 para 43% em 1959, chegando a 58% em 1980, sobretudo nos setores do complexo metalomecânico-químico (AREND e FONSECA, 2012, p.41).

O ingresso de capitais autônomos não ampliava diretamente as divisas, pois muitos recursos chegavam na forma de equipamentos. Os montantes de capital ingressados sob a Instrução 113, até dezembro de 1961, foram de US\$ 379,4 milhões para as indústrias básicas e de US\$ 131,7 milhões para as indústrias leves, constituindo-se em um instrumento poderoso para atrair capital externo sem exercer pressão sobre a disponibilidade de divisas (ABREU, 1990, p. 173). Conforme os dados do recorte histórico abaixo:

**TABELA 2** - Composição do investimento direto (IED) (US\$ milhões)

| <b>Ano</b>                                | <b>1955</b> | <b>1956</b> | <b>1957</b> | <b>1958</b> | <b>1959</b> | <b>1960</b> |
|-------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Investimento Estrangeiro (a=1+2+3)</b> | 79          | 139         | 178         | 128         | 158         | 138         |
| <b>Moeda (1)</b>                          | 12          | 34          | 36          | 27          | 31          | 36          |
| <b>Mercadoria (2)</b>                     | 31          | 55          | 108         | 83          | 93          | 63          |
| <b>Reinvestimento (3)</b>                 | 36          | 50          | 35          | 18          | 34          | 39          |

FONTE: (ARAUJO; MATTOS, p. 194).

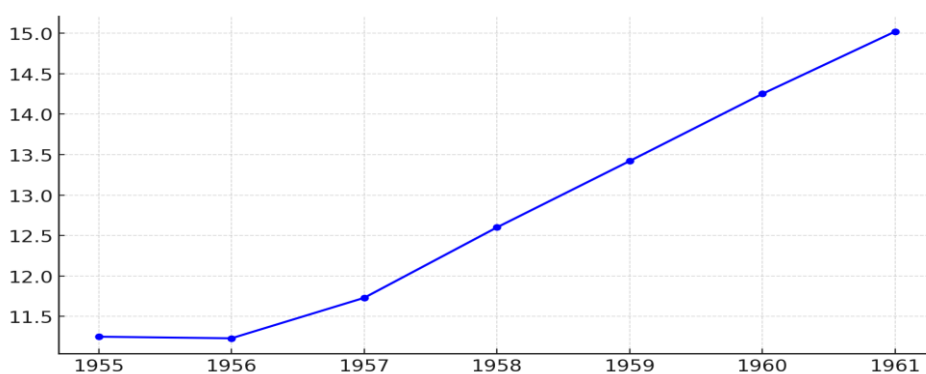
Os dados da tabela mostram que uma parcela significativa dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) resultou da internalização de mercadorias, viabilizada pela Instrução 113 da SUMOC. Essa norma permitia que empresas multinacionais trouxessem máquinas e equipamentos diretamente para o país, registrando esses bens como IEDs. Com isso, esses investimentos ficavam habilitados para futuras remessas de lucros e dividendos ao exterior. Os setores mais beneficiados pela Instrução 113 foram justamente aqueles de maior complexidade, tanto em termos de demanda por capital quanto de sofisticação tecnológica.

Os IDEs perderam relevância ao longo do Plano de Metas: de 73% do fluxo externo em 1956 caíram para menos de 30% em 1960. Embora tenham ajudado a financiar o déficit em transações correntes, sua retração aumentou a dependência de crédito externo. Rodan (1944), em sua teoria do *big push*, ressalta o papel do capital externo para acelerar o desenvolvimento com menor sacrifício interno, desde que conduzido pelo planejamento

estatal em larga escala, e esse avanço deveria ser conduzido por um planejamento em larga escala, com a atuação crucial do Estado.

O gráfico abaixo traz a evolução do PIB per capita referente ao governo JK, ele demonstra como as políticas do plano de metas causaram forte impacto no crescimento da economia.

**Gráfico 4** - Evolução do PIB *per capita* do Brasil (1955- 1961) - preço de 2023



Fonte: Elaboração da pesquisa, a partir dos dados do IPEADATA (2025).

O gráfico acima mostra que em 1955, o PIB per capita era de R\$11,25 mil, e em 1961 alcançou R\$15,02 mil. Isso representa um crescimento acumulado de aproximadamente 33,5% no período, evidenciando o crescimento obtido pela economia no período em decorrência das políticas implementadas pelo governo da época.

### 3. 5 O governo João Goulart 1961-1964

O governo de Jânio Quadros iniciou-se em 1961, mas durou apenas seis meses. Com visão conservadora, enfrentou um cenário adverso, marcado por inflação crescente, indisciplina fiscal e desequilíbrios no balanço de pagamentos herdados do período JK, o que restringiu sua política econômica. Com a renúncia de Quadros e a adoção do parlamentarismo (1961-1963), o governo identificou como principal problema o baixo crescimento econômico, ligado ao baixo nível e composição dos investimentos. Para enfrentá-lo, buscou elevar a poupança por meio de reforma fiscal e corte de gastos das estatais.

Com o retorno ao presidencialismo em 1963, o principal instrumento de política econômica do governo foi o Plano Trienal, elaborado em 1962 para os três anos finais do

governo. Tendo coordenado seu desenvolvimento o ministro extraordinário para assuntos de desenvolvimento econômico, Celso Furtado, buscava combater a deterioração externa e a aceleração da inflação. O plano tinha uma análise ortodoxa da aceleração da inflação, através do excesso de demanda via gastos públicos como sua principal causa. O combate à inflação se daria com a correção de preços defasados, redução do déficit público e controle da expansão do crédito ao setor privado (ABREU, 1990, p. 206).

O plano tinha como objetivo conciliar o combate à inflação com a manutenção do crescimento econômico. Adotava uma abordagem mista, com elementos ortodoxos — como o ajuste fiscal e o aperto monetário — e metas desenvolvimentistas, centradas na substituição de importações. No entanto, a política cambial, que resultou em uma desvalorização de 30% da taxa oficial em 1963, impulsionou ainda mais a inflação. Para Furtado (1954), defendia as reformas de base como a agrária e a tributária para superação do subdesenvolvimento, pois o processo de crescimento implicaria uma série de desequilíbrios, com no balanço de pagamentos e inflação, daí a necessidade de investigar as causas estruturais dos desequilíbrios.

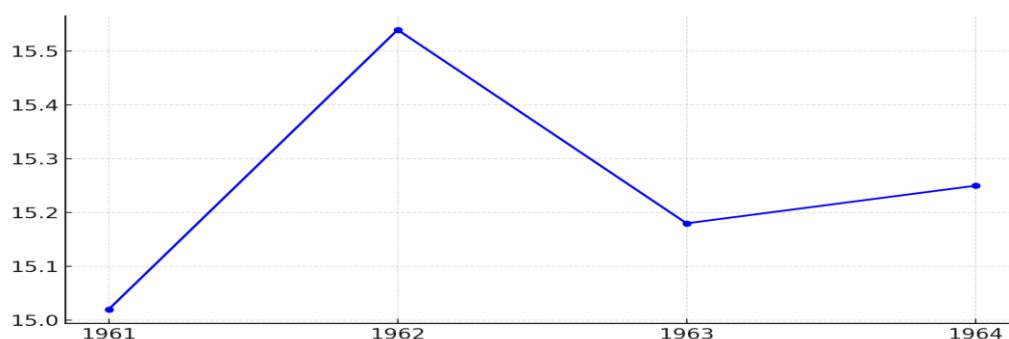
No campo fiscal, o governo promoveu um ajuste significativo. Em 1963, as despesas públicas recuaram 3% em termos reais, enquanto a arrecadação cresceu 3,1%, resultando em um déficit fiscal, como proporção do PIB, um ponto percentual menor que no ano anterior. Ainda assim, o crescimento modesto do PIB, apenas 0,6% , limitou os ganhos do ajuste. Essa evolução sinaliza que, apesar das dificuldades, houve algum controle sobre a política fiscal.

Em 1963, ficou claro que o Plano Trienal não alcançaria seus objetivos. As medidas de estabilização monetária e de crédito não foram capazes de frear a inflação, que continuava em alta, nem de corrigir os problemas nas contas externas. A situação política tornava tudo ainda mais difícil: depois da renúncia de Jânio Quadros e do insucesso do parlamentarismo, o retorno ao presidencialismo não trouxe a tranquilidade esperada. Goulart se via preso em um ambiente de forte polarização entre grupos de esquerda e setores conservadores, o que inviabilizava a construção de uma política econômica sólida.

Sem instrumentos eficazes de curto prazo, o governo Jango adotou cortes de gastos para conter a inflação. O plano combinava estabilização ortodoxa com reformas estruturais

voltadas ao crescimento, mas, apesar do rigor fiscal maior que no parlamentarismo, não conseguiu romper a espiral inflacionária herdada.

**Gráfico 5** - Evolução do PIB *per capita* (1961-1964) - preço de 2023.



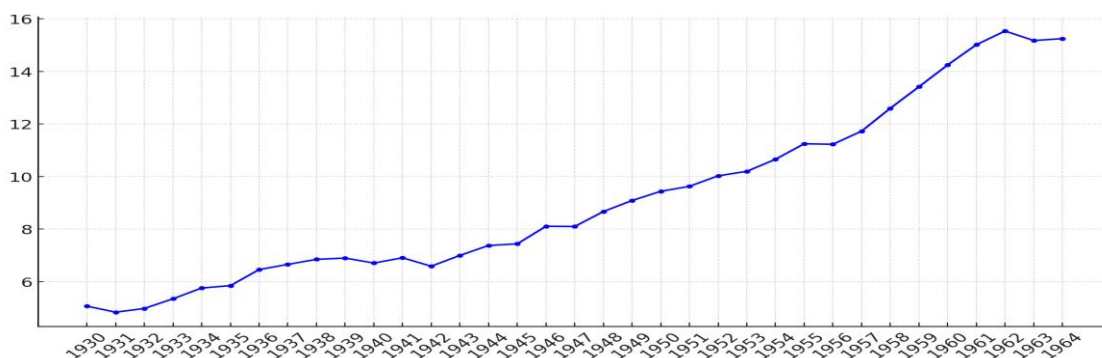
Fonte: Elaboração da pesquisa, a partir dos dados do IPEADATA (2025).

O gráfico evidencia que, apesar das turbulências políticas e econômicas ocorridas no biênio 1961–1962, registrou-se um crescimento de 3,46%. No entanto, entre 1962 e 1963 verificou-se uma retração de –2,32%, seguida de uma leve recuperação de 0,46% no intervalo de 1963–1964. Considerando o conjunto do período, o resultado acumulado correspondeu a um crescimento de 1,53%.

O governo Goulart esteve sitiado por opositores internos e coalizões conservadoras contrárias às reformas sociais. Além disso, herdou graves desequilíbrios macroeconômicos, cuja solução exigia mais do que a mera gestão eficiente da política econômica.

O gráfico abaixo sintetiza todo o período analisado mostrando um crescimento significativo e constante ao longo dos anos observados.

**Gráfico 6** - Evolução do PIB *per capita* (1930-1964) - preços de 2023.



Fonte: Elaboração da pesquisa, a partir dos dados do IPEADATA (2025).

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do período que se estende desde a origem do modelo desenvolvimentista na era Vargas até sua crise provisória no governo Goulart evidencia um crescimento acumulado altamente expressivo, alcançando 200,8%. Quando analisado por décadas, o desempenho mostra-se consistente: entre 1930 e 1939, o crescimento foi de 36,1%; entre 1940 e 1949, de 35,5%; entre 1950 e 1959, de 42,2%; e, entre 1960 e 1964, ainda que em menor ritmo, registrou-se um aumento de 7,0%.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o professor Ricardo Bielschowsky (2019), observa-se a evolução do modelo desenvolvimentista no país. Ele caracteriza a Era Vargas como a origem desse modelo, marcada pelas primeiras práticas de intervenção e planejamento do Estado na economia, como a política anticíclica de proteção ao setor exportador, que favoreceu a indústria local, juntamente com a criação de um sistema de crédito, viabilizando a ligação entre os recursos disponíveis e as oportunidades existentes de investimento.

O período que abrange o governo Dutra e o segundo governo Vargas caracteriza-se como a fase de amadurecimento do modelo desenvolvimentista, marcada pela consolidação da indústria de bens de consumo duráveis e de eletrodomésticos, pela instrumentalização da política cambial em favor da política industrial, pela criação de uma burocracia técnico-administrativa voltada à identificação de potencialidades e à elaboração de projetos, além da instituição de mecanismos para fomentar e gerir os recursos destinados aos investimentos.

O auge do modelo desenvolvimentista é alcançado no governo Juscelino Kubitschek, quando a teoria e a prática do desenvolvimento atingem seu ponto máximo por meio do

planejamento estatal da economia. Esse processo sintetizou os esforços anteriores e contribuiu decisivamente para o crescimento acelerado da economia brasileira, com o Plano de Metas promovendo um amplo conjunto de investimentos que resultou em uma transformação em bloco, beneficiando diversos setores e gerando o maior percentual de crescimento do PIB per capita observado no período.

O governo Goulart é caracterizado como o período de crise (provisória) do modelo desenvolvimentista, ocasionada pelos desequilíbrios internos resultantes da estrutura produtiva e institucional do país. A tentativa de contornar essa situação por meio da combinação de práticas ortodoxas e heterodoxas acabou apenas por evidenciar a necessidade de reformas estruturais na economia, condição essencial para alcançar um crescimento equilibrado e duradouro.

Dessa forma, o período compreendido entre 1930 a 1964 deve ser compreendido como uma fase de transição e aprendizagem, em que o Brasil buscou afirmar sua soberania econômica por meio de uma estratégia estatal de desenvolvimento. Apesar das limitações, como a restrição externa, os resultados obtidos revelam a relevância do modelo desenvolvimentista e da ação pública coordenada para a transformação das economias periféricas.

Por fim, ressalta-se a importância de novas investigações empíricas que possam aprofundar a compreensão sobre os efeitos dessas políticas nas diferentes regiões do país, bem como estudos comparativos que permitam avaliar a continuidade (ou ruptura) dessas estratégias em períodos posteriores. O resgate histórico do desenvolvimentismo não apenas ilumina o passado, como também oferece subsídios valiosos para o debate atual sobre os caminhos possíveis para um desenvolvimento econômico mais soberano, inclusivo e inovador no Brasil.

---

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

ALVARENGA JUNIOR, Márcio; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A política econômica nos anos 1930: evidências de uma heterodoxia consciente.** *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 33, n. 64, p. 287–315, set. 2015.

ALVARENGA JUNIOR, Márcio; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A reestruturação do sistema creditício doméstico e a recuperação precoce da economia brasileira na década de 1930.** *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 637–665, 2021.

ARENDTS, Marcelo; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind.** *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-54, jan./mar. 2012.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Evolução do pensamento desenvolvimentista no Brasil: das origens aos dias de hoje (1930-2019).** Apresentação em seminário no IESP, Rio de Janeiro, 18 mar. 2019

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Programa nacional de pesquisa econômica (PNPE). IPEA/INPE. Rio de Janeiro. 1988.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: **a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento.** *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 35, n. 3 (140), p. 444–460, jul./set. 2015.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico.** 1. ed. Jundiaí: Paco, 2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930.** *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), p. 138–153, jan./mar. 2003.

FRAGA, André Barbosa; LAGO, Mayra Coan; MOURELLE, Thiago. **Interpretações sobre a Revolução de 1930: história e historiografia.** *Antíteses*, Londrina, v. 15, n. 29, p. 220-249, jan./jul. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Produto Interno Bruto (PIB) per capita (preços 2023) – GAC\_PIBCAPR: frequência anual de 1900 até 2022.** Brasília: IPEA, [2025]. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2025.

POCHMANN, Marcio; SILVA, Luciana Caetano da. **O Brasil no capitalismo do século XXI: desmodernização e desencadeamento**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2023.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e industrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 8, n. 4 (32), p. 493–504, out./dez. 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Organização de João Sicsú e Douglas Portari. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

**O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 1930 E 1964, NO  
CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas  
do Campus Agreste da Universidade Federal de  
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo  
científico, como requisito parcial para a obtenção  
do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 08/08/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior - Orientador

---

Profº. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa – Examinador Interno

---

Profº. MsC. José Cícero de Castro – Examinador Interno